

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 42, DE 2003**

Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 e pela Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999, acrescentando ao item nº 96 da sua lista de serviços Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Autor:** Deputado NELSON BORNIER

**Relator:** Deputado CARLOS WILLIAN

#### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Complementar em apreciação, pretende acrescentar ao item 96 da Lista de Serviços sujeitos ao Imposto sobre serviços, que vem anexa ao Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, os serviços prestados pelas instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central quando tais serviços não constituem sua atividade preponderante. Trata-se de serviços de intermediação na venda de seguros, em geral planos de saúde, de planos de previdência privada, de cartões de crédito e outros produtos oferecidos pelas agências a seus clientes.

O feito vem a esta Comissão, na forma regimental, para verificação preliminar de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária e para exame do mérito.

É o relatório.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar preliminarmente a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que *“estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”*, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

O projeto em apreço não é alcançado por qualquer dos dispositivos citados, pois a proposta não contempla qualquer renúncia de receitas da União que submeta sua aprovação ao cumprimento de condições, de modo que não há implicação orçamentária e financeira do projeto.

No mérito, é de se convir que a prestação de outros serviços pelas agências bancárias e outras instituições financeiras constituem legítimos fatos geradores do ISS.

Cabe observar, porém, que recentemente foi editada a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 que, no seu art. 1º dispôs:

*“Art. 1º O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.”*

Além disso, a referida Lei Complementar reestruturou, acrescentou e classificou os serviços que estão sujeitos ao ISS. A rigor, pois, o Projeto se encontraria prejudicado. No entanto, para bem da clareza e da certeza jurídica, cremos ser pertinente sublinhar o comando previsto na Proposição, mediante Substitutivo que torne o dispositivo inquestionável.

Pelos motivos expostos, voto pela não implicação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 42, de 2003 e, no mérito, por sua aprovação na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                    de                    de 2003.

Deputado CARLOS WILLIAN  
Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

### SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 42, DE 2003

Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 116, de 2003, para declarar que serviços prestados por instituições financeiras alheios a seu objeto principal ficam submetidos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Fica acrescentado ao art. 1º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, o seguinte parágrafo:

“Art. 1º .....  
.....

§ 5º *Os serviços de agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada previstos no subitem 10.01 da Lista anexa a esta Lei, assim como os de agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral e de valores mobiliários, previstos no subitem 10.02 da mesma Lista, constituem fatos geradores do Imposto sobre Serviços, mesmo quando prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.”*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

Deputado CARLOS WILLIAN  
Relator